



# OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO CONSELHO TUTELAR NO ATENDIMENTO DE CASOS DE ABANDONO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

---

Bruna Ewellyn Fernandes  
Fabiana Rodrigues  
Pedro Emanuel de Melo Santos

# INTRODUÇÃO

---

**Objetivo Geral:** analisar o papel do Conselho Tutelar no Brasil, considerando suas atribuições estabelecidas pelo ECA, e avaliar a eficácia de suas ações.



# INTRODUÇÃO

---

**Metodologia:** qualitativa, com análise documental, provenientes de diferentes fontes, permitindo uma compreensão abrangente e aprofundada do papel do Conselho Tutelar na proteção dos direitos da criança e do adolescente no contexto brasileiro.





# UMA BREVE ORIGEM DO ECA

---

# ECA

---

- Teve origem mais de uma década antes da promulgação da Constituição de 1988
- Inspirada pela Convenção dos Direitos da Criança da ONU em 1986
- Reconhece e garante os direitos fundamentais das crianças e adolescentes.



## **CÓDIGO CRIMINAL DA REPÚBLICA**

**1890**

O Código Criminal da República de 1890 foi uma legislação fundamental para a recém-proclamada República no Brasil. Ele estabeleceu normas legais para regulamentar a conduta criminal, abordando diversos aspectos do sistema jurídico. Ainda que não tenha se concentrado especificamente em questões relacionadas a crianças, seu impacto geral na legislação teve implicações para as políticas de proteção infantil.

## **CASO BERNARDINO**

**1926**

O Caso Bernardino ganhou destaque devido ao envolvimento de uma criança, contribuindo para discussões mais amplas sobre a proteção e os direitos das crianças no Brasil. Esse evento pode ter influenciado as futuras políticas e legislações voltadas para a infância.

## **REFORMA PENAL**

**1932**

A Reforma Penal de 1932 trouxe alterações nas leis penais, no governo de Getúlio Vargas, impactou as disposições relacionadas a menores infratores e à proteção da infância.

## **1726 RODA DOS EXPOSTOS**

A Roda dos Expostos foi uma prática adotada no Brasil colonial e imperial, em que rodas giratórias eram instaladas em instituições como igrejas e conventos. A intenção era permitir que mães deixassem recém-nascidos nesses locais de forma anônima, oferecendo alguma forma de assistência a crianças abandonadas. Essa prática reflete uma preocupação com o cuidado de crianças desamparadas, mas também evidencia a falta de estruturas organizadas para lidar com a situação.

**1921**

## **ARTIGO 24 DA LEI NÚMERO 4.242**

O Artigo 24 da Lei número 4.242 foi um marco na legislação brasileira ao introduzir disposições legais relacionadas à assistência e proteção à infância. Essa mudança indicou uma transformação na abordagem social em relação às crianças, sinalizando a crescente preocupação com o bem-estar e os direitos dos menores.

**1927**

## **LEI DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO AOS MENORES**

A Lei de Assistência e Proteção aos Menores de 1927 representou um esforço legislativo para formalizar e expandir as medidas de assistência e proteção às crianças em situações vulneráveis. Essa legislação foi um passo importante na criação de um arcabouço legal para a proteção infantil.

## **SURGIMENTO DA FEBEM E FUNABEM** 1964

O surgimento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964 refletiu a evolução do sistema de proteção à infância no Brasil. Essas entidades tinham como objetivo principal cuidar de menores em situação de risco e promover a ressocialização de jovens infratores.

## **SEGUNDO CÓDIGO DE MENORES** 1979

O Segundo Código de Menores, implementado em 1979, representou uma revisão da legislação relacionada a menores, indicando mudanças nas abordagens e políticas de proteção à infância. Essa revisão buscou se adequar às demandas sociais e às transformações na compreensão dos direitos das crianças.

## **1941 SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES**

O Serviço de Assistência a Menores, criado em 1941, foi uma instituição dedicada a implementar medidas voltadas para o bem-estar e proteção de crianças. Sua atuação pode ter sido crucial para a promoção de políticas que visavam garantir um ambiente mais seguro para a infância.

## **1975 CPI DO MENOR**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Menor em 1975 investigou questões relacionadas aos direitos e condições das crianças no país, gerando discussões sobre as necessidades e desafios enfrentados pelos menores no Brasil.

## **1985 CIRANDA DA CONSTITUINTE**

A Ciranda da Constituinte, em 1985, testemunhou a participação ativa de organizações e movimentos sociais na elaboração da Constituição Federal. Isso incluiu discussões sobre os direitos das crianças, influenciando as futuras políticas e legislações em prol da infância.

## **FÓRUM DE DEFESA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES 1988 E BASE DE CRIAÇÃO DO ECA**

O Fórum de Defesa das Crianças e Adolescentes, criado em 1988, desempenhou um papel fundamental na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse fórum foi uma instância de articulação e pressão política que contribuiu para a criação de um marco legal mais abrangente para a proteção da infância.

## **CONVENÇÃO INTERNACIONAL 1993**

A adesão a tratados internacionais em 1993 reflete o comprometimento global do Brasil com a proteção dos direitos das crianças. A participação em convenções internacionais evidencia a busca por padrões internacionais na promoção do bem-estar infantil.

## **NOVA LEI CONDENA O USO DA VIOLÊNCIA MORAL E FÍSICA CONTRA CRIANÇAS 2014**

Em 2014, uma nova legislação foi promulgada, condenando explicitamente o uso de violência moral e física contra crianças. Essa lei representa um avanço na proteção dos direitos das crianças, destacando a importância de garantir um ambiente seguro e saudável para o público infante juvenil.

## **1990 NASCIMENTO DO ECA**

O nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 foi um marco significativo. O ECA estabeleceu direitos e garantias específicos para a infância e adolescência, consolidando uma abordagem integral para a proteção e promoção dos direitos das crianças.

## **2003 CPI CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL, PRIMEIRO RELATÓRIO ENTREGUE À ONU**

Em 2003, a criação da Frente Parlamentar, o estabelecimento do Dique 100 para denúncias de abuso infantil, a realização da CPI contra a exploração sexual e a entrega do primeiro relatório à ONU foram ações significativas no combate à exploração sexual de crianças. Essas iniciativas demonstraram um compromisso renovado com a proteção infantil em níveis nacionais e internacionais.



# ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR NA SALVAGUARDA DE CRIANÇAS ADOLESCENTES

---



# ATUAÇÃO DO CONSELHO

---

- **5** conselheiros
- **Responsabilidades** do Conselho Tutelar
- Os conselheiros **não hesitam em se dirigir ao local** em que a criança se encontra!



# ATUAÇÃO DO CONSELHO

---

- A atuação dos conselheiros **não é isolada**, eles integram uma **rede de atendimento** que inclui o **Ministério Público, Juízes das Varas da Infância e da Juventude, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, CRAS, CREAS, escolas e delegacias especializadas.**



**BARREIRAS  
INSTITUCIONAIS E  
JURÍDICAS NO  
ENFRENTAMENTO DE  
CASOS DE ABUSO E  
EXPLORAÇÃO SEXUAL  
POR PARTE DO  
CONSELHO TUTELAR**

---



# VIOLÊNCIA SEXUAL BATE RECORDE EM 2021

- Somente **58%** dos casos **são apurados**
- Foram **35.196** com vítimas de **0 a 19 anos**



# ABUSO CONTRA CRIANÇAS NO BRASIL CRESCCE

- **70%** em **2023** só nos **4 primeiros meses**
- **17.500** foram registrada no disque 100



**APRIMORAMENTOS E  
ABORDAGENS PARA  
POTENCIALIZAR A  
EFICÁCIA DO CONSELHO  
TUTELAR NA PROTEÇÃO  
DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES NA  
CIDADE DE CURITIBA**

---



# APRIMORAMENTOS E ABORDAGENS

---





**OBRIGADO A TODOS!**



